

QUARTA SESSÃO - PLENÁRIA

RECOLHA DE ARMAS E COOPERAÇÃO POLÍCIA-COMUNIDADE: A RELAÇÃO ENTRE O PAPEL DA REGIÃO, DOS GOVERNOS E DAS ONGs

Presidida pelo: Comissário Assistente Batshu, Polícia
do Botswana

Comissário Chefe Adjunto Frank Msutu,
Chefe da Agência subregional da Interpol
para a África Austral/Secretariado da
SARPCCO

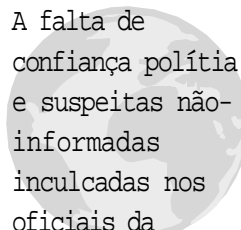
Evolução e lições deduzidas das operações
da SARPCCO

A SARPCCO coordenou cinco operações conjuntas na
região, as quais identificaram problemas essenciais
com que os oficiais se deparavam.

Falta de confiança

A falta de confiança política e suspeitas não-
informadas inculcadas nos oficiais da polícia e outros
oficiais do governo têm vindo a contribuir para o
alargamento de actividades criminais trans-fronteiras
na região.

Parlamentos, meios de comunicação e muitos outros
têm questionado sobre a soberania e racionalidade
de trazer forças estrangeiras para operar noutros
países. Tal afectou a moral dos países anfitriões e



A falta de
confiança política
e suspeitas não-
informadas
inculcadas nos
oficiais da
polícia e outros
oficiais do
governo têm
vindo a
contribuir para o
alargamento de
actividades
criminais trans-
fronteiras na
região

dos oficiais da polícia visitantes, devido ao facto de que as suas acções eram observadas de perto, e, em alguns casos, restritas.

Espalharam-se deliberadamente rumores sobre os níveis de corrupção noutros países, muitas vezes derivados da ignorância de como as leis de certos países funcionavam. Cada acção de um oficial da polícia de um outro país era tida como corrupta, causando uma falta de confiança profunda. Mas tal não quer dizer que a corrupção não seja realmente uma questão. Alguns oficiais são corruptos e todos os países os têm. Deve-se tentar resolver esta questão através de formação profissional, muito embora a formação, por si só, não irá solucionar este problema.

Planeamento

A falta de planificação é planejar para falhar. Tal mostrou-se evidente nas operações conjuntas que não foram adequadamente planeadas. Uma visão precisa e responsável é essencial para a produção de um plano operacional. Todos aqueles envolvidos numa área chave devem contribuir para o plano.

Atitudes

A atitude dos oficiais participantes em operações conjuntas, deve ser flexível. Alguns oficiais iniciam uma operação conjunta com um certo nível de rigidez mental que pode afectar a operação. Deve-se ter em conta de que os oficiais da polícia desta região provêm de diferentes sistemas educacionais, bem como de diferentes ambientes culturais e sociais. Os sistemas legais são diferentes de país para país, as bases de recursos variam e não existem recursos financeiros em alguns dos países. Contudo, requiere-se que todos os oficiais trabalhem em conjunto, com um propósito comum. Não se deve permitir nunca que complexos de superioridade afectem operações conjuntas.

Recolha de informações (secretas)

Todas as operações conjuntas devem ser orientadas por informações (secretas). As sessões de planeamento devem sempre levar em conta esta exigência.

A região possui uma gama de sistemas da Interpol, incluindo o banco de dados ASF, acessível aos planificadores e operadores de todos os países. Informações de teor criminal providenciadas pelos serviços de inteligência podem ser armazenadas nestes sistemas e são acessíveis sempre que necessário. Os oficiais devem ser encorajados a fazerem uso desses sistemas para benefício das suas operações.

Falta de conhecimento sobre os sistemas legais dos outros países

Este facto tem sido um problema especialmente em casos em que foi necessária a repatriação de evidência. Os operadores devem possuir um conhecimento básico dos procedimentos que os oficiais de um outro país tem de seguir de modo a libertar um item roubado. Muitas vezes, oficiais frustrados de outros países apressam-se a condenar o que pensam ser corrupção, enquanto que os sistemas legais é que se apresentaram como obstáculos.

Relações com a imprensa

Os meios de comunicação têm um papel importante a desempenhar e deve manter a sua presença em campo. Várias vezes esta instiga o público em geral e os legisladores contra as operações regionais conjuntas, e chega ao ponto de publicar, prematuramente, informações sobre as operações, avisando deste modo os criminosos que podem assim esconder evidência e escapar às autoridades. Se se lidar apropriadamente com os meios de comunicação, estes podem publicar informação alguns dias depois da operação ter tido lugar, sem comprometer a operação. Os meios de comunicação podem também encorajar o público a aceitar a necessidade de se realizarem tais operações.

Coordenação com os procuradores-gerais

Os procuradores-gerais e os directores do Ministério Público devem ser sempre envolvidos durante o período de planificação, de modo a providenciar conselhos jurídicos e mesmo instituir tribunais especiais para fazerem frente ao fluxo de processos que podem resultar destas operações. Em alguns países, teriam que estar envolvidos na emissão de mandatos de revista e de captura. Se estes não estiverem envolvidos desde o início, hesitarão em

Todos os oficiais da polícia, envolvidos numa operação, devem estar sempre informados de que as operações regionais conjuntas são para benefício de todos os países

assistir em casos de problemas.

Benefícios das operações

Todos os oficiais da polícia, envolvidos numa operação, devem estar sempre informados de que as operações regionais conjuntas são para benefício de todos os países individuais envolvidos na operação, bem como para benefício da região da SARPCCO em geral. Não deve haver qualquer insinuação de que os elementos envolvidos devem somente trabalhar em benefício dos seus próprios países.

Conclusão

O objectivo comum do policiamento na região da SARPCCO - ou seja, combater o crime trans-fronteiras - atravessa diferenças de tradição, cultura, cor, língua, religião, sistemas legais, sistemas sociais, 'ricos' e 'pobres' e fronteiras políticas. Com tal diversidade de factores intervenientes, é natural que surjam problemas. Os cursos de formação devem portanto tentar procurar soluções para alguns dos problemas de modo a que as operações possam decorrer, no futuro, sem dificuldades.

Martinho Chachiua, Instituto de Estudos sobre Segurança

O papel da sociedade civil na recolha de armamento: Moçambique

No fim da guerra, várias fontes indicaram que Moçambique tinha entre um a seis milhões de armas. Portanto, a recuperação de armas da sociedade tornou-se uma das componentes mais decisivas dos esforços pós-conflito de instauração da paz.

ONUMOZ

O primeiro programa de recolha de armas fez parte da operação da ONU em Moçambique (ONUMOZ). A ONUMOZ recolheu cerca de 200 000 armas. Esta operação foi descrita como um sucesso político, mas como um fracasso no que diz respeito ao desarmamento. Uma das razões para tal deveu-se à definição restricta de quem desarmar: tal limitou-se aos exércitos das partes em conflito, enquanto que as armas se encontravam espalhadas por toda a sociedade em geral. Métodos de trabalho excessivamente formais e centrados no estado impediram os agentes da ONU para manutenção da paz de trabalhar junto das comunidades locais.

O segundo programa para recolha de armas foi estabelecido pela polícia em Abril de 1995. O plano tinha duas componentes:

- A primeira era reforçar o policiamento através do envio de unidades policiais permanentes para patrulharem as principais estradas e o restabelecimento de comandos policiais distritais. Como resultado, foi revelado que a polícia Moçambicana apreendeu trinta quadrilhas armadas e descobriu 69 esconderijos de armas, em três meses. Entre Janeiro e Julho de 1995, a polícia capturou mais de 6 000 armas e 24 000 'rounds' de munições. Não havia qualquer programa estruturado para envolver a participação das comunidades locais, mas a polícia reconhece que o seu modesto sucesso foi em grande parte devido à colaboração da população. Ou os indivíduos abandonaram as suas armas indesejáveis, ou os cidadãos denunciaram portadores de armas ilegais.
- A segunda componente foi a criação de uma unidade especial para destruir esconderijos de armas. Esta unidade tornou-se a contraparte da unidade Sul-Africana de armas que, devido à convicção conjunta de que estes esconderijos de armas em Moçambique estavam a instigar o crime e a instabilidade, juntaram os seus esforços nas Operações Rachel.

Um aspecto único das Operações Rachel tem sido a determinação da parte da polícia de trabalhar juntamente com as comunidades. A polícia dependia delas para informação e fez-se todo o esforço para consolidar o relacionamento entre a comunidade e a polícia. Este incluía 'briefings' (sessões de informação) durante e depois da destruição de um esconderijo de armas, recompensas para informadores e não se tomar acção judicial contra indivíduos em posse de armas. Factores políticos e económicos impediam que as comunidades entregassem as armas. Através da oferta do perdão

Um aspecto único das Operações Rachel tem sido a determinação da parte da polícia de trabalhar juntamente com as comunidades

e de recompensa a informadores, as Operações Rachel trabalharam juntamente com as comunidades locais para solucionar estas questões. Empresas privadas na África do Sul chegaram ao ponto de providenciar mantimentos para serem oferecidos como recompensa aos informadores.

O Projecto para Recuperação de Armas do Conselho Cristão Moçambique (CCM)

Esta foi a iniciativa estruturada mais importante da sociedade civil em Moçambique. O projecto foi concebido em 1992 e iniciado em 1995.

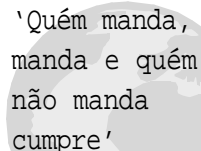
A componente mais importante do projecto foi a educação cívica. Fez-se extenso uso dos meios de comunicação para este fim. O CCM contava que os indivíduos entregassem as suas armas em troca de equipamento agrícola, máquinas de costura, bicicletas, material de construção e outro, de acordo com o que fosse pedido. O armamento recolhido é destruído e os seus constituintes físicos transformados em instrumentos úteis tais como tesouras para hospitais, pequenas mesas, canecas, enxadas e talheres.

Até Agosto de 1998, tinham sido recolhidas cerca de 1 743 armas. O relativo sucesso do programa tem sido disputado como sendo potencialmente contra-produtivo pois cria uma maior procura e incentiva o mercado ilegal. Mas tal pode ser disputado. Primeiro, devido à falta de recursos este não podia pagar preços competitivos, e segundo, a decisão deliberada de não pagar em dinheiro pelas armas entregues, mas recompensar através da provisão de equipamento útil, contradizem este argumento.

Conclusão

Em sociedades pós-conflito, o papel da sociedade civil na recolha de armas é evidente. As pessoas retêm armas por diferentes razões e motivos. No processo de recuperação das armas, é necessário compreender os motivos porque estas são retidas e elucidar os indivíduos para lhes mostrar que os seus motivos podem ser resolvidos por outros meios. É também necessário compreender que os problemas e razões para se reterem armas alteram. Uma pessoa pode começar por adquirir uma arma por razões políticas e/ou de segurança, mas mais tarde retê-la por exigências de ordem sócio-económica. O tráfico ilegal de armas na África Austral demonstrou claramente esta tendência. As Operações Rachel e o CCM foram capazes de compreender os motivos variáveis na base da posse de armamento e solucionaram-nos através da combinação de garantia de perdão com a componente de recompensa.

tais como o do CCM ou Rachel só têm impacto em alvos mais vulneráveis: esconderijos de armas em posse da comunidade. São necessários maiores recursos para recuperar armamento antes de estas entrarem no mercado ilegal. Uma vez naquele mercado, é necessária uma estratégia diferente. A polícia terá então uma maior responsabilidade e o papel da comunidade terá de ser restrito a somente um papel de fonte de informação num contexto mais amplo de relacionamento entre a comunidade e a polícia.



'Quém manda,
manda e quem
não manda
cumpre'

Dr. Daniel Ntoni-Nzinga, Programa Quaker
para Assuntos Internacionais na África
Austral

O papel da sociedade civil na transformação
de uma cultura de violência

Do meu ponto de vista, como Angolano, a causa fundamental da cultura de violência em si é o estado de espírito que acredita que 'quém manda, manda e quem não manda cumpre'.

Aqueles que comandam são os que têm os meios ou recursos para comandar - tal não se refere somente aos recursos políticos. As armas são uma expressão da habilidade para comandar, e essa é, na realidade, a situação.

Basta um simples exemplo. Em 1976, em Angola quando a guerra que tinha rebentado no ano anterior acalmou, os meus primos, que faziam parte do exército que tinha sido derrotado, regressaram à minha aldeia com muitas armas. O meu tio, seu pai, descobriu tal facto e organizou uma reunião com toda a aldeia para discutir a questão. Foi tomada a decisão de se retirarem da aldeia todas as armas, o que fizemos no dia seguinte. Mas os meus primos foram espertos e ficaram com algumas das armas, dizendo que precisavam delas para caçar.

Quando tentei dissuadir um deles, ele observou que era muito importante ele ter a sua própria arma, porque era essa arma que o tinha sustentado. Era por causa dessa arma que ele era considerado por todos como uma pessoa respeitável, e sem ela, parava de ser quem era e ninguém poderia exigir que ele perdesse a sua identidade tão rapidamente.

O ter uma arma não é somente uma questão de protecção. É também uma questão de orgulho e respeito. Isto faz parte íntegra do estado de espírito que diz que "aquele que comanda, dá ordens". Se não se quiser estar numa situação em que tenha que receber ordens, tem que ter algo que demonstre de que é alguém importante.

Tal significa que a dependência nas armas torna-se 'entrincheirada' com o tempo. Para tentar solucionar esta cultura da violência, é necessário o desarmamento a longo termo do estado de espírito das pessoas. A sociedade civil necessita também de renegar a criminalidade. Quando as pessoas se mantêm mudas perante os abusos, instigam a cultura de violência a crescer e tornam-se assim elas próprias parte do problema.

Ao tratar da cultura de violência, propõem-se quatro pontos principais em termos do papel que a sociedade pode desempenhar.

Tentar resolver a base ideológica da cultura de violência

A base ideológica tem de ser solucionada, senão podem-se recolher as armas hoje e amanhã aparecem outras nas ruas. O estado de espírito das pessoas tem de ser desarmado. A desmobilização e o desarmamento constituíram parte do Protocolo de Lusaca em 1994, mas, enquanto que os soldados individuais foram desmobilizados, o sistema que lá colocou as armas permaneceu intacto. Alguns dos soldados alistaram-se nas novas forças policiais, mas a maioria daqueles que não foram escolhido, depressa voltaram ao antigo modo de pensar de que podiam ainda alcançar algo com as armas. Não tinham sido mentalmente desarmados.

Incentivar o diálogo e o envolvimento das comunidades na recolha de armas

Um verdadeiro diálogo com a sociedade civil necessita de constituir a parte central de qualquer processo de desmobilização. Estes elementos deveriam tornar-se parceiros activos na luta contra a cultura de violência. Um papel evidente é o de providenciar informações sobre esconderijos de armas. No entanto, se as comunidades não estiverem envolvidas e empenhadas nos

acordos de paz, não se tirará proveito da sua potencialidade. A promoção do diálogo a todos os níveis ajudará na edificação de confiança mútua.

Cultivar um sentido de responsabilidade

Angola tem tido tantos acordos de paz fracassados e uma das razões para tal é que a sociedade civil nunca esteve envolvida no processo. Nada mudará a não ser que se envolva também a população - não só as ONGs, mas também todos os grupos e comunidades que constituem a nação. Também eles devem assumir a responsabilidade pela paz, e um dos modos de se assistir a comunidade neste aspecto é iniciar uma campanha para sensibilizar a população de modo que todos compreendam o que se está a passar e quais as questões que necessitam de ser resolvidas.

Envolver as comunidades no controlo

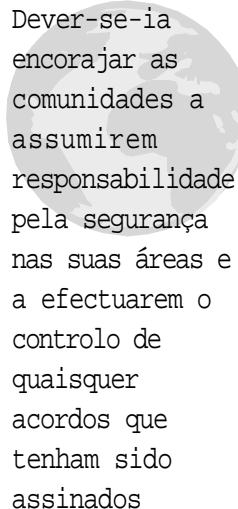
Para ser efectivo, qualquer programa para desarmamento ou instauração da paz necessita de ser controlado, mas não necessariamente por comités ou comissões. Dever-se-ia encorajar as comunidades a assumirem responsabilidade pela segurança nas suas áreas e a efectuarem o controlo de quaisquer acordos que tenham sido assinados.

DISCUSSÃO

Apoio contínuo às Operações Rachel

As operações conjuntas Rachel para recolha de armamento entre Moçambique e a África do Sul foram consideradas por todos como um modelo com alto sucesso. Foi discutido o modo como se poderia aumentar e melhorar estas operações.

Houve apelos para assistência externa de modo a permitir a continuação da cooperação Moçambique-África do Sul. Operações anteriores concentraram-se



Dever-se-ia encorajar as comunidades a assumirem responsabilidade pela segurança nas suas áreas e a efectuarem o controlo de quaisquer acordos que tenham sido assinados

na parte sul de Moçambique e foram largamente financiadas pela África do Sul (com o apoio da Bélgica). Afirmou-se que a preocupação da África do Sul era incentivada pelo facto de fluxo de armas instigar o crime em KwaZulu-Natal. Aparentemente existem, no norte de Moçambique, muitos esconderijos de armas ainda não descobertos, e há informações de que armas oriundas dessas áreas estão a entrar para os países vizinhos tais como o Malawi. Existe a opinião de que seria muito importante haver assistência da parte de doadores para se efectuem operações para destruição destas armas uma vez que a África do Sul pode não ter possibilidade para financiar tais operações, em virtude de não estar aqui tanto em questão um interesse nacional.

Alargamento do modelo Operações Rachel

Muitos participantes compartilham a opinião de que o modelo Rachel poderia ser alargado para outros países. Foi sublinhado de que existem problemas com propagação de armas ilegais entre muitos outros países vizinhos na região e que a assistência da parte de doadores poderiam encorajar operações conjuntas para recolha de armas.

Intensificando o papel das comunidades na recolha de armamento

Discutiu-se o modo como as operações tipo-Rachel poderiam ser melhoradas de modo a envolver mais eficientemente as comunidades locais. Foi sublinhado que as operações Rachel se estão a tornar dispendiosas porque os indivíduos estão a pedir mais dinheiro a troco da entrega de armas, quando se dão conta de como o sistema funciona. Foi sugerida a possibilidade de se recompensar as comunidades em vez dos indivíduos. Os participantes propuseram o projecto da UNDP em Gramsh, na Albânia, como um possível modelo de como as infraestruturas estão a ser melhoradas em benefício da comunidade - tais como estradas e um sistema de telefones - em compensação pela entrega de armas.

Cooperação Regional

Foi sublinhada a importância de cooperação regional na recolha de armas e programas de policiamento. Se não houver uma abordagem coordenada, existe o perigo de que operações nacionais ou bilaterais bem sucedidas, levem simplesmente os criminosos a mudarem para outra área na região.

Policiamento

Foi sublinhada a importância do restabelecimento de confiança entre as comunidades, como um pré-requisito para as envolver de um modo efectivo nos



programas de recolha de armas. A proliferação de armas ligeiras por vezes cria medo o qual pode destruir a confiança no seio das comunidades. A polícia, ao providenciar segurança genuína para as comunidades, tem um papel extremamente importante no restabelecimento de confiança. Propuseram-se reformas para a polícia e o melhoramento das relações polícia-comunidade, como áreas essenciais que requerem assistência externa, e que poderiam auxiliar no melhoramento da eficiência dos programas para recolha de armas.

Educar a comunidade

Sublinhou-se repetidamente a importância de educar e consciencializar as comunidades como aspectos fundamentais para o sucesso dos programas de recolha de armas. Apresentaram-se vários exemplos de possíveis actividades tais como apoio a estações radiofónicas comunitárias, a inclusão das questões de instauração da paz e armas ligeiras nos currículos escolares e campanhas com cartazes. Foi também sugerido que era necessário efectuar-se mais pesquisa na elaboração, âmbito e sucesso das iniciativas existentes de modo a uma maior consciencialização nas questões de armas e violência.